REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO LINGUÍSTICO DE CRIANÇAS SURDAS¹

Critical thoughts on the linguistic development of deaf children

Francielle Cantarelli Martins²

Fabiano Souto Rosa³

Antonielle Cantarelli Martins⁴

¹ O artigo foi traduzido da Libras para a Língua Portuguesa por Crisiane de Freitas Soares, Joseane Maciel Viana e Juliana Sanches dos Santos.

² Universidade Federal de Pelotas - UFPel, Pelotas, RS, Brasil; franciellecantarelli@yahoo.com.br

³ Universidade Federal de Pelotas - UFPel, Pelotas, RS, Brasil; fabianorosa.ufpel@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Pelotas - UFPel, Pelotas, RS, Brasil; an.cantarellim@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir o desenvolvimento cognitivo, linguístico e identitário de crianças surdas no processo de aquisição da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A pesquisa baseia-se em uma revisão de literatura e vivências pessoais, abordando aspectos teóricos e práticos da educação bilíngue para surdos. O estudo destaca a importância do *input* linguístico precoce para crianças surdas, ressaltando os desafios enfrentados pelas famílias e instituições na implementação de práticas educacionais que favoreçam a aquisição da Libras como primeira língua. Além disso, são analisados fatores históricos e sociais que influenciam o acesso à educação bilíngue, bem como a necessidade de políticas públicas que garantam a inclusão e o desenvolvimento pleno da criança surda. Conclui-se que a exposição precoce à Libras é essencial para o desenvolvimento dos processos cerebrais, linguístico e psíquicos, permitindo que a criança surda alcance seu potencial máximo de aprendizado e interação social.

Palavras-chave: Aquisição; Língua de Sinais; Criança surda; Libras; Educação bilíngue

ABSTRACT

This article aims to discuss the cognitive and linguistic development of deaf children in the process of acquiring Brazilian Sign Language (Libras). The research is based on a bibliographic review and the authors' experiences, addressing theoretical and practical aspects of bilingual education for the deaf. The study highlights the importance of early linguistic input for deaf children, emphasizing the challenges faced by families and institutions in implementing educational practices that promote Libras acquisition as a first language. Additionally, historical and social factors influencing access to bilingual education are analyzed, as well as the need for public policies that ensure inclusion and the full development of deaf children. It is concluded that early exposure to Libras is essential for cognitive and linguistic development, allowing deaf children to reach their maximum potential in learning and social interaction.

Keywords: Cognitive development; Language; Deaf child; Libras; Bilingual education

**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**
<https://youtu.be/pB7UmOMbhbq>

Introdução

Este artigo tem o objetivo de discutir o desenvolvimento cognitivo e linguístico da criança surda no processo de aquisição da Língua de Sinais, mais especificamente da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Esta pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica que busca compreender a teoria desenvolvida por diversos autores relacionados com estudos da cognição, linguística e processo de aquisição da Libras pela criança surda. Este texto não traz apenas uma visão teórica e científica, mas também é construído com base na experiência das vivências dos autores surdos responsáveis por crianças surdas. Com isso, busca-se ressaltar a importância do contato entre os estudos acadêmicos e os conhecimentos empíricos desenvolvidos no cotidiano dos pesquisadores.

Ultimamente, discute-se a Educação Bilíngue para Surdos, e isso abre a possibilidade de aprofundamento das pesquisas sobre a aquisição de Libras como primeira língua - L1 e Língua Portuguesa como segunda língua, na modalidade de leitura e escrita. Esta problematização atual vem ao encontro do que é proposto neste artigo, discutindo aspectos constituintes da Educação Bilíngue para Surdos e o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social da criança surda.

Percebe-se que os indivíduos surdos podem ter as mesmas características de desenvolvimento humano que indivíduos ouvintes, mesmo assim, surdos ainda necessitam de comprovação frente a sociedade de suas habilidades e competências cognitivas e linguísticas. Diante disso, esta pesquisa pauta-se na perspectiva de que surdos, assim como humanos em geral, nascem com a capacidade inata de desenvolver a linguagem. Acredita-se que precisam estar em contato com input linguístico permanente, em diversos segmentos sociais, ambientes adequados que compartilham do mesmo código linguístico, podendo ser familiar, escolar, entre outros, com diferentes modelos linguísticos, para que tal desenvolvimento ocorra. Isso mostra a importância de ter língua à disposição dos bebês surdos desde cedo; neste caso, referimo-nos sobre o contato com a Libras. Antes da apresentação sobre os processos ligados ao desenvolvimento das crianças surdas, resalta-se alguns aspectos sobre a Libras. A Língua Brasileira de Sinais é uma língua reconhecida como meio de comunicação da comunidade surda brasileira. É relevante compreender que, historicamente, as pesquisas sobre línguas de sinais, desde a década de 1960, nos Estados Unidos, e desde a década de 1980, no Brasil, vêm sendo amplamente divulgadas, comprovando que as línguas de sinais são línguas naturalmente adquiridas pelas pessoas surdas. Segundo Quadros (1990) apud Quadros e Pizzio (2011, pág. 03):

Os estudos das línguas de sinais no sentido das investigações linguísticas apresentam evidências de que as línguas de sinais observam as mesmas restrições que se aplicam às línguas faladas (Stokoe et alli, 1976; Bellugi & Klima, 1972; Siple, 1978). E pesquisas brasileiras sobre Libras iniciaram na década 80 e 90 e também comprovaram que a Libras é língua natural e possui estruturas e gramática próprias.

Nessa direção, iniciam-se os estudos sobre a importância de input linguístico da Libras para bebês surdos, e assim podemos compreender alguns processos. Para Quadros (2008, p. 59) “[...] na perspectiva inatista, há um componente da faculdade da linguagem na mente/cérebro da criança. A interação entre fatores ambientais e biológicos explica o uso que a criança faz da linguagem,” portanto os fatores do ambiente interferem no uso do indivíduo tanto em relação à sua compreensão quanto à produção de linguagem.

Ainda citando Quadros (2008, p. 46), a autora discute o uso criativo da linguagem como sendo um aspecto do ser humano.

O uso criativo da linguagem é um aspecto fundamental da essência humana, e tal criatividade determina que o ser humano seja capaz de compreender e produzir uma sentença jamais ouvida anteriormente. Essa capacidade tomaria por base não somente os sistemas fonético/fonológico e lexical da língua em questão, mas também, princípios da Gramática Universal.

Assim como podemos ver em Quadros (1997), com base nos estudos gerativistas, existem diversas pesquisas que comprovam que bebês surdos recém-nascidos precisam ter contato com a língua de sinais. Estudos como os de Quadros e Pizzio (2011) reforçam que o acesso precoce à Libras é fundamental para o desenvolvimento linguístico adequado dessas crianças. Pesquisas internacionais também apontam para a mesma direção: Schick, Marschark e Spencer (2006) destacam que o desenvolvimento da linguagem em crianças surdas está diretamente relacionado à exposição inicial a uma língua natural. Mais recentemente, Stumpf et al. (2020) demonstram que crianças surdas que têm contato com a língua de sinais desde cedo apresentam avanços significativos não apenas na linguagem, mas também em aspectos

cognitivos e sociais.

Porém, existem dificuldades práticas em incentivar o uso de Libras com bebês surdos brasileiros, considerando a realidade social e as políticas públicas de saúde nos primeiros meses de vida da criança, que não evidenciam todas as alternativas de estímulos linguísticos e cognitivos, inclusive aquelas que incluem a Libras desde a tenra idade. Por esse motivo, muitos bebês surdos não recebem o input necessário em Libras na idade adequada, pois as famílias não têm sido orientadas para tal. De acordo com diversas pesquisas, esse é um dos principais motivos que afetam o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças surdas.

A criança ouvinte desde seu nascimento é exposta à língua oral, dessa forma é fornecida para ela a oportunidade de adquirir uma língua natural, a qual irá permitir realizar trocas comunicativas, vivenciar situações do seu meio e, assim, possuir uma língua efetiva e constituir sua linguagem. Para a criança surda deveria ser dada a mesma oportunidade, de adquirir uma língua própria para constituir sua linguagem. (DIZEU e CAPORALI, 2005, p. 587)

Neste artigo, serão apontados aspectos teóricos atuais para compreender que a Libras não é apenas uma ferramenta de auxílio à comunicação, mas sim essencial para o desenvolvimento do pensamento, a percepção de emoções e a expressão dos sentimentos, além da compreensão de conceitos abstratos e da construção cognitiva e psíquica das crianças surdas. Por isso, elas precisam estar expostas a diversas situações sociais com adultos surdos, nas quais, por meio da convivência, são inseridas em um contexto social e absorvem as regras e condutas culturais de uma determinada comunidade.

A linguagem é a base para o desenvolvimento de diversas capacidades e habilidades, como o pensamento, a criatividade, a expressão dos sentimentos e a compreensão de conceitos, entre outras. Ou seja, é fundamental para que a criança seja capaz de se comunicar. Diante do exposto, após apresentar a importância da Libras para as crianças surdas, este artigo tem como objetivo discutir o desenvolvimento cognitivo e linguístico da criança surda no processo de aquisição da linguagem, especificamente da Libras como L1.

Há anos discute-se a relação da Libras com a criança surda, mas este ainda é um tema amplo, sendo objeto de estudo de pesquisadores, professores e profissionais da área da educação de surdos. Esses debates destacam a importância do contato precoce da criança surda com a Libras, uma vez que se trata de uma língua natural, usada pela comunidade surda, e dotada de características linguísticas próprias. A Libras, quando oferecida desde cedo, garante, conforme pesquisas da área, o desenvolvimento compatível com o que é esperado para cada fase. Harrison (2000) ratifica que ofertar a linguagem no tempo esperado pode trazer benefícios tanto para a criança quanto para a família.

Profissionais que não estão envolvidos com a educação de surdos tendem a desacreditar no potencial da Libras para a plena constituição da pessoa surda. Isso ocorre, principalmente, devido ao desconhecimento da Libras, o que dá origem a mitos já desconstruídos pelos estudos da área, como a crença de que a língua de sinais é composta por gestos e símbolos, não ocupando o status de língua para pessoa surda e, por isso, sendo desvalorizada nos processos educativos desses indivíduos. Podemos ver esse relato em Dizeu e Caporali (2005), que mostram que “a língua de sinais, língua natural dos surdos, sendo adquirida espontaneamente pela criança surda, sem necessidade de um treinamento específico, ainda é considerada por muitos profissionais apenas como gestos simbólicos.”

Talvez essa descrença na Libras tenha origem histórica, visto que por muitos anos o uso da Língua de Sinais pelas pessoas surdas era mal visto, o que a colocava em um status inferior à língua oral. Isso levou muitos a acreditarem que a Libras é um suporte comunicacional para os surdos que não desenvolveram a prática da oralização, porém, não reconhecem que a Língua de Sinais é inerente ao sujeito surdo, ocupando o papel de língua natural na vida desses indivíduos.

Hoje, graças à tecnologia, aos testes Emissões Otoacústicas Evocadas e do Potencial Evocado Auditivo de Tronco Encefálico é possível diagnosticar a surdez precocemente e fazer intervenções desde cedo, havendo dois caminhos de intervenção: um em que a Libras é indicada como primeira língua podendo ser estimulada precocemente, caso os profissionais que derem o diagnóstico assim orientarem; e outro no qual ela não é mencionada, e a criança é encaminhada para tratamentos fonoaudiológicos e clínicos. Se o primeiro caminho for estimulado, a criança surda passará pelo desenvolvimento esperado, no entanto a realidade é que a maioria dos profissionais ignoram ou desconhecem essa alternativa.

Como defendem Dizeu e Caporali (2005), as tecnologias reparadoras da audição “[...] por si só não garantem o desenvolvimento linguístico, identitário e cultural do sujeito surdo. A utilização destes recursos não garantirá que esses sujeitos serão oralizados e integrados na sociedade, como defende a premissa oralista.”

Importante ressaltar que esse artigo não pretende questionar a conduta dos profissionais de saúde envolvidos, mas apenas apontá-lo como determinante para escolha das famílias no que tange ao uso da Libras desde cedo. Portanto, aqui evidencia-se uma perspectiva socioantropológica da situação discutida, muitas vezes diferente da perspectiva clínica adotada por esses profissionais. Mesmo assim, é sempre válida a tentativa de trabalho em conjunto, no qual uma perspectiva complementa a outra. Por exemplo, no caso de orientação para o uso de aparelhos auditivos e/ou implantes cocleares, é importante que haja a opção de que a Libras seja aliada ao tratamento fonoaudiológico. Dessa forma, a criança surda poderá, naturalmente, desenvolver-se nas duas línguas - Libras e Língua Portuguesa oral, como é afirmado por Dizeu e Caporali (2005), “no momento em que a criança adquire sua língua natural ela se torna capaz de realizar o aprendizado de uma segunda língua, tornando-se um ser bilíngue.”

Em diversos países, as técnicas de treinamento de fala estão sendo realizadas em conjunto com a estimulação precoce da língua de sinais. Não há relatos de prejuízo linguístico diante de tais práticas, o que nos leva a crer que é possível o trabalho em consonância com ambas perspectivas: clínica e sócio antropológica. Acredita-se que, se a família for orientada a usar a língua de sinais para comunicação e interação com a criança surda e, enquanto isso, ela frequentar outros espaços fonoterapêuticos com presença da língua de sinais, o seu desenvolvimento tende a ser satisfatório.

Se os pais recebessem orientações adequadas quanto à importância da Libras para o desenvolvimento da criança, sobre as possibilidades que essa língua oferece para a criança se comunicar com eles de forma clara, contar-lhes sobre suas brincadeiras, aprender seus ensinamentos e adquirir conhecimento, com certeza seriam poupados dessa criança e de seus pais transtornos e prejuízos, e principalmente os problemas emocionais a que estes são submetidos. (DIZEU e CAPORALI, 2005, p. 591)

É importante compreender a ressalva de Dizeu e Caporali (2005) ao apontar que “Quan-

do a criança não recebe o suporte familiar, apresentará, muitas vezes, resultados insatisfatórios quanto ao desenvolvimento de linguagem e comunicação, o que irá afetá-la emocionalmente.” É necessário ter consciência de que apenas a terapia fonoaudiológica e o uso de tecnologias de amplificação de resíduos auditivos não garantem o desenvolvimento linguístico, identitário e cultural da criança surda. Isso significa que nenhuma estratégia terapêutica ou uso de equipamentos específicos fará com que a criança surda tenha o mesmo processo de crescimento e amadurecimento cognitivo que uma criança ouvinte.

Segundo Quadros e Cruz (2011), a língua de sinais é a língua acessada pelas crianças surdas de forma natural e espontânea, diferentemente da língua falada que exigirá desses sujeitos o atendimento clínico-terapêutico. Nesse sentido, em concordância com Quadros (1997, p. 27):

Se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinais. A proposta bilíngue busca captar esse direito.

Na mesma direção, segundo Dizeu e Caporali (2005, p. 588)

No momento em que a criança adquire sua língua natural ela se torna capaz de realizar o aprendizado de uma segunda língua, tornando-se um ser bilíngüe. No caso dos surdos, como nem sempre isso é uma realidade, podemos encontrar surdos adultos que, pela falta de acesso à língua de sinais na infância, chegam à vida adulta sem ter adquirido nenhuma língua, por terem sido apenas expostos a uma língua oral e não terem desempenho satisfatório com esta.

A imposição da aceitação da diferença surda pode trazer consigo uma crença de inferioridade das questões linguísticas e culturais destes indivíduos, o que pode prejudicar a evolução dos estudos e disseminação de estratégias que reconheçam essa característica própria das pessoas surdas. Diante disso, podemos entender que há diferentes formas de ser, e ser surdo(a) é uma forma de estar no mundo.

1 Um dossiê sobre a aquisição das línguas de sinais

Somente depois do fracasso escolar nas escolas comuns, as crianças migram para as escolas de surdos. Esses alunos chegam às escolas de surdos ainda sem uma forma de comunicação estabelecida, ou seja, não fazem uso nem da língua de sinais nem da língua oral.

Diante dos casos de aquisição tardia da primeira língua observados, acredita-se que é necessária uma intervenção precoce em situações de diagnóstico de crianças surdas, com orientação adequada à família quanto à importância do uso da Libras desde tenra idade. Isso porque o contato tardio com a língua de sinais tem sido causa de prejuízo no desenvolvimento linguístico e cognitivo do indivíduo surdo. Diante dessa situação, ressalta-se a importância do trabalho em conjunto das duas abordagens.

Acredita-se, assim, que a educação de surdos necessita estar voltada à perspectiva na qual a língua de sinais é o apoio imprescindível para os surdos, independente das intervenções clínicas, pois sua modalidade visual permite o acesso à educação.

Sobre as pesquisas da aquisição da língua de sinais podemos, historicamente, traçar

uma linha do tempo, na qual as descobertas sobre a estrutura gramatical da língua de sinais iniciam-se nos Estados Unidos na década de 1960 e no Brasil a partir da década de 1980. Já os estudos que analisam a aquisição das línguas de sinais por crianças surdas pertencentes a famílias surdas só iniciam entre a década de 60 a 70 nos Estados Unidos e em meados dos anos 80 a 90 no Brasil. Segundo Cruz (2017) “As primeiras investigações sobre como se dá o processo de aquisição da linguagem por crianças surdas surgiram por volta de 1965, logo após os primeiros estudos linguísticos desenvolvidos sobre línguas de sinais.” Os pesquisadores da área da aquisição investigaram crianças surdas filhas de pais surdos que recebiam input linguístico desde o nascimento, para comparar os resultados com as pesquisas entre crianças ouvintes de pais ouvintes. “Essas pesquisas foram realizadas com crianças surdas filhas de pais surdos usuários de língua de sinais e que recebiam input linguístico, desde o nascimento, em quantidade e qualidade similar às crianças ouvintes nascidas em lares em que uma língua oral é utilizada.” (CRUZ, 2017, p. 35). Os resultados apontam que:

A partir desses estudos, foi possível estabelecer paralelos entre o processo de aquisição da linguagem de crianças surdas e ouvintes usuárias de uma língua oral, desde o balbúcio até estágios avançados no processo de aquisição. Os resultados desses estudos mostraram que as crianças surdas e ouvintes apresentaram um processo de aquisição da linguagem de forma esperada (normal) e muito semelhante, pois alcançaram os mesmos estágios no mesmo período. Constatou-se, portanto, que o processo de aquisição da linguagem ocorre independentemente da modalidade em que a língua se apresenta: visuoespacial ou oral-auditiva.

Diante dos achados sobre a gramática e aquisição da língua de sinais ao longo dessas décadas, os estudos concluíram que crianças surdas e ouvintes se desenvolvem da mesma forma, passando pelas mesmas etapas tanto na aquisição da língua oral como na aquisição da língua de sinais. A diferença está na característica visual da língua sinalizada, mas estudos apontam que o desenvolvimento de ambas as línguas ocorre de forma semelhante, visto que são línguas dotadas de estruturas gramaticais que podem ser adquiridas por diferentes indivíduos (QUADROS, 1997; QUADROS et al., 2001; QUADROS; LILLO-MARTIN, 2007; QUADROS; PIZZIO, 2011).

A Teoria Gerativa de Chomsky (1965) sugere que as crianças não dependem, necessariamente, da audição para perceber e adquirir a linguagem; a falta de desenvolvimento linguístico se deve à ausência de input linguístico adequado e não à impossibilidade de ouvir. Por isso, bebês surdos que inicialmente não têm contato com a língua de sinais e não recebem input linguístico, não apresentam aquisição de linguagem de forma adequada. No entanto, a partir da primeira exposição ao input em língua de sinais, já demonstram evolução.

Piaget, por sua vez, em sua Epistemologia Genética (1959), observou que existem aspectos marcantes em cada fase da evolução da linguagem, como o sociológico, o linguístico e o cognitivo. Esses aspectos estão inter-relacionados e constituem a aquisição da linguagem. Considerando as teorias piagetianas podemos dizer que bebês surdos, assim como ouvintes, precisam de interação social e linguística capazes de oferecer o input adequado. No caso dos surdos, essas interações se dão por meio visual a partir da língua de sinais.

A experiência visual está relacionada às teorias de Noam Chomsky, que traz a importância da exposição da criança a input linguístico adequado, o que nos leva a concluir a relevância da língua de sinais para bebês surdos, que irão se desenvolver por meio de uma experiência visual. Diante disso, entende-se a importância da oferta da língua de sinais desde cedo,

para que as fases do desenvolvimento infantil se dêem adequadamente e os processos de amadurecimento cognitivo, linguístico, psíquico e social ocorram naturalmente. Góes (1999) afirma que a Libras será necessária para que haja condições mais propícias à expansão das relações interpessoais, constituindo o funcionamento cognitivo, afetivo e a constituição da subjetividade.

[...] a criança surda necessita de uma língua que possibilite a ela a integração ao seu meio, no qual ela seja capaz de compreender o que está ao seu redor, significar suas experiências, em vez de uma língua que a torne um ser apto para reproduzir um número restrito de palavras e frases feitas, que para ela não terão nenhum significado comunicativo, restringindo sua potencialidade para construir e utilizar a linguagem no processo dialógico. (DIZEU e CAPORALI, 2005, p. 590)

De acordo com Quadros (1997), destaca-se a importância do input linguístico precoce para os bebês surdos. A autora enfatiza que essa prática pode proporcionar o desenvolvimento regular da criança surda, assim como acontece com as crianças ouvintes. Com o input da Libras, a criança surda poderá encontrar estratégias de perceber e compreender o mundo a sua volta de uma forma naturalmente espontânea, pois já tem uma linguagem desenvolvida internamente. Isso também poderá auxiliar na prevenção de complicações decorrentes da falta de comunicação no futuro, pois poderá ter os estímulos correspondentes a cada fase do desenvolvimento infantil (Quadros, 1997).

Por isso, é essencial entender a necessidade de expor os bebês surdos à língua de sinais desde o diagnóstico da surdez, buscando garantir o seu progresso dentro dos estágios propostos para desenvolvimento infantil, por meio da aquisição da linguagem na idade certa.

Uma observação importante da autora citada é a preocupação inerente à quantidade de crianças surdas que nascem em lares ouvintes, 95%. Isso significa que apenas 5% das crianças surdas nascem em famílias surdas. Os dados apresentados sobre o processo de crescimento equiparado de crianças surdas e ouvintes, são pesquisas por anos realizadas no contexto de famílias surdas, em que há o mesmo input de L1, e, por decorrência, a comparação entre as fases de desenvolvimento infantil é possível. No entanto, na realidade brasileira, 95% das crianças surdas são filhas de pais e mães ouvintes, o que acarreta a ausência de Libras no período de aquisição da linguagem. Além disso, algumas famílias não se inserem em contextos que possam oferecer interação social com input adequado de língua para os bebês surdos durante o seu crescimento, o que resulta em muitas crianças surdas apresentando atraso na aquisição da língua de sinais. Segundo Cruz (2017) a exposição a uma língua de sinais desde o nascimento não é uma norma quando se considera a maioria das crianças surdas. Isso ocorre porque mais de 90% das crianças surdas nascem em lares em que somente a língua oral é a utilizada pelos pais e familiares ouvintes.

Quadros (1997) aprofundou-se nas análises e comparações entre as fases pelas quais passam bebês ouvintes e surdos durante a infância e registrou que ambos experienciam as seguintes etapas da aquisição da linguagem: o balbucio, o período silábico e a gestualização. O bebê surdo, assim como o ouvinte, passa por uma fase de tentativa de oralidade, por exemplo, pois ambos emitem sons na tentativa de comunicação. Na fase de input linguístico, bebês ouvintes encontram na oralização o vocabulário para construir naturalmente a comunicação pelo canal oral-auditivo, deixando a gestualização de lado. Da mesma forma, bebês surdos en-

contram no uso da língua de sinais o vocabulário para construir naturalmente a comunicação por meio do canal visual, deixando a oralização em segundo plano.

A fase de balbucio do bebê surdo é percebida pelo movimento das mãos em busca de comunicação, o que é uma característica de pessoas com experiência visual. Ou seja, pela observação das pessoas, o bebê surdo copia seus movimentos. Com o passar do tempo, o foco se volta para as mãos, pois começa a ficar evidente a intenção de comunicação através dos sinais e a criança percebe que estes têm significado, necessitando fixar o olhar nestes movimentos. Isso acontece naturalmente, à medida que seu balbucio recebe respostas positivas dos adultos/modelos linguísticos à disposição. Gradualmente, o balbucio se transforma em sinais que estabelecem uma comunicação e alcançam uma interação com as pessoas à sua volta.

Quadros (2011), faz um apanhado sobre a aquisição de Libras por crianças surdas e estabelece estágios específicos para este grupo, são eles: pré-linguístico, estágio de um sinal, estágio das primeiras combinações, e estágio das múltiplas combinações. A autora relacionou estudos brasileiros com pesquisas realizadas em outros países e encontrou estes estágios como frequentes em diferentes trabalhos sobre o desenvolvimento infantil da criança surda.

Ao analisar o desenvolvimento da língua de sinais em crianças maiores que adquiriram linguagem na idade adequada, a autora registra detalhes da organização do sistema de comunicação utilizado, como, por exemplo, o uso dos verbos, a construção de relações no espaço de sinalização, o uso do sistema pronominal, os diálogos, e a estruturação e extensão das frases nos discursos. Estas crianças tiveram acesso à língua de sinais através da contação de histórias longas na sua L1, além de diálogos e participação em conversas de adultos surdos.

A seguir, serão apresentados os estágios do desenvolvimento da linguagem dos bebês e das crianças surdas.

O “Período pré-linguístico” que abrange de 0 a 12 meses, é caracterizado pelo balbucio silábico e pela falta de organização interna na comunicação. Nesta fase, as crianças também começam a apontar para indicar objetos ou coisas no espaço. Em seguida, no “Estágio do primeiro sinal”, em crianças surdas de 12 a 24 meses, começam a apresentar algumas configurações de mãos, movimentos imperfeitos e imitação de sinais produzidos por adultos. Neste estágio, ainda não há o uso de flexões de tempo ou de espaço na sinalização, e a omissão de pronomes também é comum. O comportamento de apontar desaparece nessa fase, pois as crianças começam a utilizar sinais.

Após essa fase, temos o “Estágio das primeiras combinações”, de 24 a 36 meses, quando as crianças surdas começam a sinalizar frases, utilizando a ordem das palavras para estabelecer relações gramaticais. O uso da língua se torna mais consciente, e as regras gramaticais passam a ser aplicadas de maneira implícita.

Por fim, o “Estágio das múltiplas combinações” ocorre em crianças com mais de 36 meses, quando se observa uma explosão de vocabulário. Há um aumento significativo na compreensão da língua, e a criança começa a produzir muitos sinais e utilizá-los em frases curtas para se comunicar. Crianças por volta dos 6 anos já apresentam a aquisição do sistema pronominal, o uso de concordâncias verbais e domínio completo dos recursos morfológicos. Nessa fase, elas começam a contar histórias curtas e longas, a reproduzir acontecimentos passados e a utilizar a língua para explorar o mundo ao seu redor, adquirindo novas experiências a cada dia.

Já as crianças com mais de 7 anos atingem o tempo de maturação da aquisição da Libras,

demonstrando uma concordância verbal consistente, marcação dos sujeitos e objetos no espaço, comunicação clara e a capacidade de participar de diálogos mais longos. Elas acompanham conversas em grupo, constroem seus pensamentos, e desenvolvem opiniões e atitudes próprias.

Após refletir sobre as etapas do desenvolvimento da linguagem, amplamente estudadas e analisadas por pesquisadores da área (BAKER; WOLL, 2008; QUADROS, 1997; QUADROS et al., 2001; QUADROS; LILLO-MARTIN, 2007; QUADROS; PIZZIO, 2011), é importante ressaltar que cada criança apresenta características únicas em seu processo de aquisição. Não é relevante que algumas mostrem um desenvolvimento mais precoce do que o esperado. O foco deve ser, sim, a garantia de que o estímulo linguístico necessário esteja presente para evitar prejuízos ao desenvolvimento cognitivo e linguístico da criança.

Pode-se observar, tanto pelos estudos das fases de aquisição da linguagem quanto pela experiência pessoal dos autores com crianças surdas, a importância do acesso à Libras desde o nascimento. A interação precoce com a língua de sinais é fundamental para não prejudicar o desenvolvimento da criança. Aqueles que recebem o input linguístico adequado têm mais chances de evoluir e experimentar o mundo por meio da língua.

O amadurecimento das habilidades de percepção, compreensão, emoção e criatividade, de maneira natural através da comunicação. Além disso, estas crianças têm a oportunidade de construir a sua identidade e adquirir cultura surda ao conviver com a comunidade surda. Estudos apontam que, nessa fase, os bebês começam a questionar, refletir e descobrir tanto o seu mundo quanto a sua identidade (PIAGET, 1959; VYGOTSKY, 1998; WALLON, 2007; WINNICOTT, 1975; BRUNER, 1997; ROSSI, 2000). De acordo com Rossi (2000), a criança constrói sua realidade social e se descobre por meio da comunicação. Ou seja, as interações permitem que ela se perceba e se identifique com seus pares, compreendendo as diferenças entre os indivíduos que a cercam.

É importante refletir também acerca das crianças surdas em famílias ouvintes e em famílias surdas. As fases do desenvolvimento descritas por Quadros não se aplicam da mesma maneira a todas as crianças, uma vez que a maioria dos surdos no país é filha de pais ouvintes. Nesse contexto, é certo que essas crianças não vivenciam a mesma experiência de uso da língua natural (L1) com a família, como os filhos surdos de pais surdos, resultando em um desenvolvimento diferenciado. Além disso, muitos pais não reconhecem que a Libras deve ser a língua natural de seus filhos surdos, acreditando que a reabilitação da fala é fundamental para seu desenvolvimento. Para eles, a melhor solução em relação à linguagem é, muitas vezes, a privação da comunicação em língua de sinais, temendo que isso afete o desenvolvimento da fala.

Como já foi mencionado, entende-se que é importante adotar duas abordagens durante o processo de amadurecimento da pessoa surda, enfatizando que a Libras deve estar em todos os momentos do desenvolvimento infantil. Cárnio et al. (2000) ressaltam que não se pode negar que as crianças surdas filhas de pais ouvintes serão expostas constantemente à língua oral. Dessa forma, algumas dessas crianças poderão adquirir simultaneamente a língua de sinais e a língua de seus pais.

Pensando no indivíduo surdo, acreditamos que seja importante para este como sujeito: crescer, desenvolver-se, amadurecer, construir e constituir-se inserido numa língua própria e

natural. A criança, ao ter acesso a uma língua, passa a desenvolver linguagem, interagindo com o outro, repensando suas ações, elaborando seu pensamento, vivenciando novas experiências e se desenvolvendo. Uma criança que não escuta possui as mesmas condições de aprendizagem que uma criança ouvinte, porém o acesso à linguagem se dará por meio do canal gesto-visual. (DIZEU e CAPORALI, 2005, p. 595)

Poucos pais ouvintes têm o conhecimento necessário sobre a Língua de Sinais, por isso fazem uma espécie de combinação da língua oral (leitura oro-facial) e sinais caseiros para realizar a comunicação com seus filhos surdos. Contudo, essa interação familiar e social, se a Libras não for empregada, pode limitar o acesso dos surdos às diversas experiências do mundo, privando-os da aquisição dos principais conceitos necessários para seu desenvolvimento e para a formação de sua identidade social.

Por essa razão compactuamos com Sacks (1998, p. 44), ao defender que “a língua de sinais deve ser introduzida o mais cedo possível, senão seu desenvolvimento pode ser permanentemente retardado e prejudicado”. Ramirez e Masutti (2009, p. 53) abordam o desenvolvimento cognitivo da criança surda, priorizando o suporte linguístico na língua de sinais ao defenderem a importância de “[...] saber propiciar a aquisição da Língua de Sinais à criança surda, antes de tudo como respaldo e principal instrumento para o desenvolvimento dos processos cognitivos, é o primeiro grande e indispensável passo a verdadeira educação deste indivíduo”.

É possível refletir sobre a língua de sinais também a partir da análise Campello (2007, p. 123) ao notar como:

Stokoe (1960) relata que “a Língua de Sinais adquiriu reconhecimento pelas características linguísticas. A concepção stokeana postula que, para uma língua ser considerada natural, ela precisa ser utilizada por uma comunidade, como meio de comunicação difusora de valores constituintes de uma identidade que os assemelha, e também devem existir falantes que a adquiriram como primeira língua”.

Dessa forma, desenvolver estratégias e recursos para crianças e jovens surdos com aquisição tardia é necessário para um desenvolvimento satisfatório, de maneira a compensar as perdas. Há pesquisas que mapearam as formas de estimular os indivíduos que passam por uma aquisição tardia, apontando as fases percorridas por essas crianças, principalmente as surdas de famílias ouvintes, que não foram expostas ao input linguístico adequado. Esses são os motivos pelos quais as crianças surdas chegam à escola bilíngue e/ou inclusiva e outros ambientes, como a associação de surdos, sem a aquisição da Libras.

Nesses ambientes, elas começam a ter o contato com a língua de sinais. Como as pesquisas demonstram, no caso da aquisição tardia, as crianças necessitam receber o input linguístico através de surdos adultos fluentes em Libras. Isso é possível em escolas bilíngues ou escolas comuns que tenham professores e profissionais fluentes em Libras, preferencialmente professores surdos, devido à identificação entre pares, à subjetividade, ao fato de serem nativos da língua e pelas questões identitárias.

A identificação com um modelo surdo favorece a aquisição da Libras pois o adulto surdo serve como uma inspiração, criando uma ligação única de surdo para surdo — um sentimento difícil de ser explicado, mas comprovadamente essencial para o sucesso da aquisição da língua quando tardia.

Portanto, uma das estratégias recomendadas é o contato, especialmente com adultos

surdos ou, em segundo plano, com ouvintes fluentes em Libras, com quem a criança tenha um longo tempo de interação linguística informal. Além disso, é fundamental que a criança tenha contato com ambientes bilíngues desde a primeira infância. Igualmente importante é que a família incorpore o uso da Libras nas interações cotidianas, envolvendo todas as pessoas do convívio familiar sempre que possível. É importante, ainda, o uso de materiais estratégicos, como livros próprios da Literatura surda e recursos visuais, por qualquer pessoa da família, inclusive pelas crianças surdas.

É interessante destacar as duas garantias legais mais importantes para o trabalho com crianças surdas no que diz respeito ao acesso à escola. A primeira diz respeito às escolas que, em sua estrutura pedagógica, oferecem um programa de estimulação ou intervenção precoce, alinhado com o que é mencionado no Decreto 5.626/2015, que aborda o apoio às famílias de bebês surdos diagnosticados. Nesse documento legal, há um capítulo específico sobre esse programa, voltado para o primeiro contato das famílias com a Libras, visando à aquisição de linguagem em bebês ou crianças surdas, especialmente aquelas com aquisição tardia da linguagem. O programa também prevê o atendimento familiar por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais de diferentes áreas, como pedagogia, psicologia, fonoaudiologia e ensino de Libras. Esta equipe irá trabalhar diretamente com as famílias, incentivando-as a colaborar no desenvolvimento de bebês e crianças surdas em fase de aquisição linguística. Esse programa é fundamental para que as famílias recebam o apoio necessário nas escolas, favorecendo a aceitação da surdez e o aumento do conhecimento sobre a língua de sinais, além das especificidades da aquisição tardia da linguagem por bebês ou crianças surdas. Sobre isso, Cruz ressalta que:

É fundamental que no Brasil sejam criados Programas de Intervenção/Estimulação para aquisição da linguagem na língua de sinais para bebês e crianças, que incluam seus pais/cuidadores/familiares surdos ou ouvintes, pois o Decreto No 5626, de 22 de dezembro de 2005, no Capítulo VII sobre a 'Garantia do direito à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva', assegura, nos seus itens III e VIII, a 'realização de diagnóstico, atendimento precoce e do encaminhamento para a área de educação' e 'orientações à família sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso à Libras e à Língua Portuguesa'. No mesmo capítulo, há outros encaminhamentos necessários para o atendimento das necessidades linguísticas e educacionais de crianças surdas. (2017, p. 48)

A segunda forma de garantia legal do direito à Libras e à educação bilíngue para pessoas surdas encontra-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que passou a reconhecer, por meio da Lei nº 14.191/2021, a educação bilíngue de surdos como uma modalidade educacional própria. Essa inclusão estabelece que a educação de surdos deve ocorrer em Libras como primeira língua e na Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua, sendo ofertada desde a educação infantil até os demais níveis e modalidades de ensino, preferencialmente em escolas e classes bilíngues. A legislação também determina a presença de profissionais capacitados, como professores bilíngues e professores surdos, bem como o uso de recursos e materiais adequados à especificidade linguística desses alunos. Essa medida aprofunda o compromisso do Estado com uma educação que respeite a identidade surda e viabilize o pleno desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças surdas, especialmente aquelas com aquisição tardia da linguagem. Sob esse prisma, para o sucesso educacional da criança com surdez, é essencial que ela receba estímulos em língua de sinais

desde a educação infantil.

Como descreve Basso, Strobel e Masutti (2009, p. 4):

É importante lembrar que o ensino da LS [língua de sinais] é uma proposta com fins definidos: o aluno surdo que adquire e aprende a LS no início de sua escolarização – educação infantil e primeira etapa do ensino fundamental – é aquele que terá experiências e competência linguística suficiente para, não somente acessar o conhecimento, mas também transformar esse conhecimento de forma crítica e ativa. E mais do que isso: a língua de sinais é a língua por meio da qual as identidades surdas são constituídas e a cultura surda se manifesta.

Estas duas estratégias legais de incentivo ao uso da Libras são importantes oportunidades para crianças surdas com aquisição tardia da linguagem, em que a comunidade surda pode se fazer presente e ofertar o ensino bilíngue buscando auxiliar no desenvolvimento destes alunos. Sob esse prisma, para o sucesso educacional da criança com surdez, podemos concluir que a mesma deverá receber estímulos por meio da língua de sinais desde a educação infantil.

2 Entre vivências e pesquisas: a experiência parental como fonte de conhecimento na área da surdez

Os dois primeiros autores deste artigo são pessoas surdas e pais de duas meninas surdas, atualmente com 6 e 10 anos. A vivência com a parentalidade surda tem constituído um percurso singular, entrelaçando dimensões afetivas, sociais e políticas. A experiência cotidiana no cuidado e acompanhamento do desenvolvimento das filhas articula-se ao conhecimento prévio que os autores já possuíam sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e às questões históricas e sociolinguísticas que envolvem a comunidade surda. A condição de sujeitos surdos engajados nas lutas por reconhecimento, direitos linguísticos e respeito à diferença tem contribuído para uma compreensão ampliada sobre os processos de aquisição e desenvolvimento linguístico e cognitivo de crianças surdas. A responsabilidade de educar filhas surdas intensificou ainda mais esse engajamento, permitindo uma vivência situada, que reitera a importância do acesso precoce à língua de sinais e da inserção na cultura surda desde os primeiros anos de vida.

Ao longo dessa trajetória, os autores constataram a persistente lacuna de informações disponíveis para a maioria das famílias no momento do diagnóstico da surdez. No caso de sua filha mais velha, o exame de triagem auditiva neonatal indicou ausência de resposta, sendo o procedimento repetido em diversas ocasiões até o encaminhamento para o teste BERA (Potencial Evocado Auditivo de Tronco Encefálico). A confirmação do diagnóstico de perda auditiva neurossensorial profunda bilateral não foi acompanhada de orientações sobre a Libras ou sobre a educação bilíngue, revelando a permanência de um modelo clínico centrado na reabilitação, que desconsidera as especificidades linguísticas e culturais das crianças surdas. A postura médica contrastava com o repertório dos autores, que, por sua trajetória enquanto surdos e estudiosos do tema, já dominavam os passos necessários para confirmação diagnóstica e reconheciam a Libras como elemento central no desenvolvimento infantil.

Essa experiência despertou reflexões sobre a realidade de inúmeras famílias que não têm acesso à mesma base informacional e à perspectiva bilíngue de educação. Enquanto o

primeiro exame BERA da filha foi realizado aos quatro meses e o segundo antes mesmo do prazo habitual, a maioria das famílias desconhece esses procedimentos e não é orientada sobre as implicações educacionais do diagnóstico. A vivência como pais surdos de uma criança surda passou, assim, a constituir uma nova fase em suas trajetórias, marcada pela ampliação do papel que desempenham na luta por uma educação bilíngue de qualidade e na produção de conhecimento sobre a infância surda.

No Brasil, estima-se que apenas cerca de 5% das crianças surdas nascem em famílias surdas, o que torna rara, e, portanto, pouco estudada, a experiência de aquisição de Libras em contextos familiares bilíngues. A escassez de pesquisas nessa área levou os autores a uma busca ativa por materiais, estratégias e práticas que pudessem estimular o desenvolvimento linguístico de suas filhas desde os primeiros meses de vida. Com os avanços das políticas públicas e da mobilização do movimento surdo, perceberam uma ampliação das oportunidades educacionais, como a oferta de escolas bilíngues, que contribuem para garantir às novas gerações de crianças surdas melhores condições de desenvolvimento, autonomia e participação social.

A trajetória das filhas dos autores, que tiveram contato com a Libras desde a infância, contrasta com a de muitas crianças surdas que crescem em lares ouvintes sem acesso precoce à língua de sinais. Enquanto estas últimas enfrentam obstáculos significativos à aquisição de uma língua natural, as filhas dos autores desenvolveram suas competências linguísticas de forma espontânea e contínua, por meio de interações familiares cotidianas, como brincadeiras, conversas e leitura compartilhada em Libras. A presença de adultos surdos como modelos linguísticos desempenhou um papel decisivo nesse processo, ao oferecer às crianças referenciais de linguagem e identidade.

A experiência educacional das filhas também reflete os avanços e desafios da educação bilíngue no Brasil. Em Pelotas, cidade localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul, uma escola bilíngue tem desempenhado papel fundamental, oferecendo estimulação precoce e ensino fundamental I e II. A filha mais nova frequenta essa escola e também uma instituição regular, que passou por adaptações para incluir profissionais bilíngues, como uma professora surda e uma auxiliar fluente em Libras. Esse arranjo híbrido, embora ainda em construção, representa uma alternativa viável de inclusão escolar com respeito às especificidades linguísticas da criança surda.

A atuação dos pais surdos como agentes ativos na defesa da educação bilíngue reafirma a importância da presença da Libras como primeira língua nos ambientes familiares e escolares. A educação bilíngue, além de garantir o direito à comunicação, permite o fortalecimento da identidade surda e o desenvolvimento cognitivo pleno. Ao contrário das abordagens que privilegiam exclusivamente a oralização, essa proposta se baseia na valorização da Libras como L1 e na promoção de um bilinguismo que respeite o tempo e as particularidades da criança surda. O acesso precoce à Libras, associado a práticas pedagógicas inclusivas, mostra-se fundamental para que as crianças surdas possam exercer plenamente seus direitos linguísticos, sociais e educacionais, sendo reconhecidas em sua diferença e potencial.

Finalmente, a disponibilização de informações claras e atualizadas na área da saúde sobre as possibilidades educacionais bilíngues é fundamental para a garantia de direitos linguísticos das crianças surdas desde o momento do diagnóstico. Profissionais da saúde,

especialmente aqueles envolvidos nos processos iniciais de triagem e diagnóstico da surdez, como fonoaudiólogos, pediatras e otorrinolaringologistas, ocupam uma posição estratégica para orientar as famílias quanto às implicações do desenvolvimento linguístico e cognitivo em crianças surdas. No entanto, observa-se que a abordagem predominante ainda privilegia modelos clínico-reabilitadores, negligenciando a Libras como uma opção linguística legítima e eficaz para aquisição da linguagem. A ausência de informações sobre a educação bilíngue e sobre os benefícios do contato precoce com a língua de sinais compromete o direito das famílias de tomarem decisões informadas e limita o acesso das crianças a uma trajetória linguística e educacional mais inclusiva. Assim, torna-se urgente a incorporação da perspectiva bilíngue nas formações e protocolos da saúde, de modo a assegurar que o diagnóstico da surdez seja acompanhado de orientações que considerem a diversidade linguística e cultural das crianças surdas.

Considerações finais

As discussões teóricas e as experiências relatadas ao longo deste artigo evidenciam que a aquisição precoce da língua de sinais por crianças surdas está em consonância com as recomendações científicas voltadas ao desenvolvimento linguístico e cognitivo. A análise de diferentes trajetórias de aquisição linguística demonstra, de forma consistente, que o acesso à Libras nos primeiros anos de vida constitui um fator decisivo para o desenvolvimento pleno dessas crianças, promovendo não apenas a comunicação, mas também a construção de uma identidade surda positiva.

Ao articular dados empíricos e referenciais teóricos, o estudo reafirma que o contato inicial com a língua de sinais não representa um obstáculo à aprendizagem da Língua Portuguesa como segunda língua — seja na modalidade escrita, oralizada ou de leitura. Pelo contrário, uma base sólida na L1 (Libras) favorece a aquisição da L2, ampliando a autonomia linguística da criança e suas possibilidades de inserção social e educacional.

As reflexões aqui desenvolvidas reforçam, portanto, a centralidade da educação bilíngue como política educacional e como prática concreta de inclusão. Ressalta-se ainda a urgência de estratégias intersetoriais que promovam a valorização da Libras como língua natural da comunidade surda, integrando o conhecimento acadêmico com ações efetivas nos campos da educação e da saúde. Reconhecer e garantir o direito ao acesso precoce à língua de sinais é um passo fundamental para assegurar o desenvolvimento integral e a cidadania plena das crianças surdas.

- BAKER, Anne E.; WOLL, Bencie (org.). **Sign Language Acquisition**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2008. (Benjamin's Current Topics, v. 14).
- BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2002.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2005.
- BRUNER, Jerome. **Atos de significado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- CHOMSKY, Noam. **Aspects of the Theory of Syntax**. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.
- DIZEU, D.; CAPORALI, S. A. **A importância da língua de sinais no desenvolvimento cognitivo e linguístico da criança surda**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 11, n. 2, p. 285-298, 2005.
- HARRISON, M. **Early intervention for children with hearing loss: International perspectives**. *International Journal of Audiology*, v. 39, n. 4, p. 181-187, 2000.
- LACERDA, C. B. F. **Aquisição da linguagem pela criança surda: análise de um processo**. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 38, p. 45-60, 2000.
- LODI, A. C. B.; CRUZ, C. R. B. **Educação bilíngue para surdos: políticas e práticas educacionais**. In: LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F. (Orgs.). *Educação de surdos: atitudes e práticas pedagógicas*. Porto Alegre: Mediação, 2011. p. 15-34.
- PERLIN, G. **A questão da identidade surda**. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 49-62.
- PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1959.
- QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- QUADROS, R. M. de; LILLO-MARTIN, D.; MATHUR, G. **O que a aquisição da linguagem em crianças surdas tem a dizer sobre o estágio de infinitivos opcionais?** *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 391-398, 2001.
- QUADROS, R. M. de; LILLO-MARTIN, D. **Gesture and the acquisition of verb agreement in sign languages**. In: *Proceedings of the 31st Annual Boston University Conference on Language Development - BUCLD*, Somerville, MA: Cascadilla Press, 2007. p. 520-531.
- QUADROS, R. M. de; PIZZIO, A. **Aquisição da língua de sinais brasileira: constituição e transcrição dos corpora**. In: SALLES, H. (org.). *Bilinguismo dos surdos*. Goiânia: Cànone Editorial, 2007. v. 1, p. 49-72.
- QUADROS, R. M.; PIZZIO, A. **Estudos sobre a aquisição da Libras: perspectivas e desafios**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 17, n. 1, p. 03-20, 2011.
- SACKS, O. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHICK, B.; MARSCHARK, M.; SPENCER, P. E. (Org.). **Advances in the Sign Language Development of Deaf Children**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- STUMPF, M. R.; QUADROS, R. M. de; KUNTZE, M.; LILLO-MARTIN, D.; CHEN-PICHLER, D. **Aquisição da Língua de Sinais**. São Carlos: Editora Arara Azul, 2020.
- SKLIAR, C. **Educação e exclusão: abordagens sociológicas e culturais em educação**. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- WINNICOTT, Donald. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.